

**A INFÂNCIA E O IMAGINÁRIO EM *CLARICE* (2018), DE ROGER MELLO:
REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DA OPRESSÃO, REPRESSION E
CENSURA**

**THE CHILDHOOD AND THE IMAGINARY IN *CLARICE* (2018), BY ROGER
MELLO: LITERARY REPRESENTATIONS OF OPPRESSION, REPRESSION
AND CENSORSHIP**

Gilmei Francisco Fleck ¹

Unioeste

Renata Zucki ²

Unioeste

Tatiane Cristina Becher ³

Unioeste

Resumo: Neste artigo, analisamos as representações do período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) presentes na literatura juvenil brasileira, por meio da aproximação entre as teorias que definem a modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2017) e as especificidades das narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis (Santos, 2023). Para isso, tomamos como *corpus* a obra *Clarice* (Mello, 2018), sobre a qual procedemos ao estudo dos recursos narrativos nela empregados, segundo a teoria literária de Genette (1979; 1998, 2017), e das estratégias escriturais, ancorados em Bakhtin (2011), entre outros. Além disso, baseados nos preceitos de Mignolo (2007) e Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) sobre a decolonialidade, tecemos uma reflexão sobre a potencialidade da obra, enquanto narrativa híbrida de história e ficção, que pode contribuir para a formação de leitores literários decoloniais (Fleck, 2023). Dessa forma, nosso estudo constitui-se em uma pesquisa qualitativa, centralizada na revisão bibliográfica interpretativa sobre o tema. Destacamos, como resultado, a potencialidade e a relevância da leitura dessa obra no processo de formação de um leitor literário rumo ao pensamento decolonial e à descolonização das mentes, das identidades e do imaginário latino-americanas.

Palavras-chave: Representações da ditadura civil-militar; Narrativas híbridas de história e ficção; Formação do leitor literário decolonial; Decolonialidade.

Abstract: In this article we analyze the representations of the period of the Brazilian civil-military

¹ Pós-Doutor em Literatura Comparada e Tradução pela Universidade de Vigo (UVigo/Espanha). Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis-SP). Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Cascavel-PR). Líder do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção vias para a descolonização”. E-mail: chicofleck@yahoo.com.br

² Mestre em Letras, Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Professora da Rede Estadual de Educação do Paraná - SEED Email: profrenatazt@gmail.com.

³ Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Email: taati.becher@gmail.com

dictatorship (1964-1985) present in Brazilian youth literature, through the approximation between the theories that define the modality of the contemporary historical novel of mediation (Fleck, 2017) and the specificities of hybrid narratives of History and fiction for children and young people (Santos, 2023). To do this, we took as a corpus the work Clarice (Mello, 2018), on which we proceeded to study the narrative resources used in it, according to the literary theory of Genette (1979; 1998, 2017), and the scriptural strategies, anchored in Bakhtin (2011), among others. Furthermore, based on the precepts of Mignolo (2007) and Castro-Gómez and Grosfoguel (2007) on decoloniality, we reflect on the potential of the work, as a hybrid narrative of History and fiction, which can contribute to the formation of decolonial literary readers (Fleck, 2023). Therefore, our study constitutes itself as a qualitative research, centered on an interpretative bibliographic review on the topic. As a result, we highlight the potential and relevance of reading this work in the process of training a literary reader towards decolonial thinking and the decolonization of Latin American minds, identities and imagination.

Keywords: Representations of the civil-military dictatorship; Hybrid narratives of History and fiction; Education of the decolonial literary reader; Decoloniality.

Recebido em 14 de novembro de 2024.

Aprovado em 06 de junho de 2024.

Introdução

Por muito tempo a literatura e a história permaneceram congregadas por meio de um objetivo em comum: buscar, por meio da linguagem narrativa, manter vivas as experiências humanas arquivadas na memória coletiva (Matheus; Uber; Rohde, 2021). A divisão delas em áreas distintas ocorreu, oficialmente, nas primeiras décadas do século XIX, quando o historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), considerado o pai da história científica, passou a descrever a história como a “área que se ocupa do real e do acontecido, enquanto a literatura passou a lidar com o fictício e o imaginário” (Matheus; Uber; Rohde, 2021, p. 264).

Todavia, esta cisão de cunho positivista, ocorrida no início do século XIX, não sobrepujou, de nenhuma das duas áreas, a essência que ambas compartilham: a construção discursiva sobre o passado. Conforme expressa Milton (1992, p. 08), “a ficção narrativa e a história: ambas são, inegavelmente, senhoras de linguagem, imaginação e reflexão. E, se é lícito generalizar, em ambas a narração é forma. Forma que traz consigo um território de nexos causais e temporais que se tecem, desvelando significados”.

Isso está evidente desde o surgimento do gênero romance histórico, no início do século XIX, com as produções românticas híbridas de Walter Scott, em especial nos romances *Waverley* (1814) e *Ivanhoe* (1819), que assentaram os paradigmas do gênero híbrido nas expressões literárias para o público adulto. Essa essência compartilhada, de forma equilibrada entre história e ficção (Mata Induráin, 1995), no romance histórico

dirigido a um público de leitores adulto fez surgir, na atualidade, uma corrente de estudos teóricos que se volta às escritas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras e suas peculiaridades, em especial àquelas com vistas a ressignificar o discurso historiográfico tradicional por meio do discurso ficcional (Fleck, 2023; Santos, 2023; Corrêa, 2023).

Com relação às narrativas híbridas de história e ficção voltadas ao público infantil e juvenil, estas são, ainda, de maneira geral, pouco conhecidas e, conseqüentemente, pouco exploradas, tanto pela teoria literária quanto pelos estudos comparados (Santos, 2023). Na contemporaneidade, há a inserção de uma pluralidade de temáticas de cunho histórico em torno das quais os textos com destinação aos jovens leitores se estruturam. Isso tem ocorrido tanto na Europa como na América, conforme pontua Colomer (2001, p. 13-14), ao mencionar que

[...] *la narración histórica, desde la segunda guerra mundial, no se ha desarrollado sobre la exaltación de héroes concretos, ni mucho menos sobre la alabanza de hazañas bélicas o de conquista. Bien al contrario, muy a menudo se ha dirigido a utilizar protagonistas anónimos para realizar una amplia descripción social con proyección actual o para denunciar la historia oficial dando voz a los pueblos históricamente oprimidos*⁴.

Nesse sentido, as intenções críticas desconstrucionistas de discursos exaltadores das ações colonizadoras e bélicas ou de heroificação de sujeitos do passado, sempre congregados às instâncias do poder instituído para subjugação de povos pelos colonizadores das metrópoles europeias, realizado na literatura hispano-americano das décadas de 1930 e 1940 – com a obra *Mi Simón Bolívar*, do colombiano González Ochoa, e *El reino de este mundo* (1949), do cubano Alejo Carpentier – que fizeram eclodir, no romance histórico para leitores adultos, uma nova fase nas produções híbridas de história e ficção – a fase crítica desconstrucionista (Fleck, 2017) – dá seus primeiros sinais na literatura destinada aos jovens leitores após a metade do século XX, conforme verificamos na trajetória dessas obras, no Brasil, estabelecida por Santos (2023). Tal trajetória está exposto na tese do autor, *Uma trajetória das narrativas híbridas de história*

⁴ Tradução nossa: A narrativa histórica, desde a Segunda Guerra Mundial, não se desenvolveu sobre a exaltação de heróis concretos, muito menos sobre o elogio de feitos bélicos ou de conquistas. Muito pelo contrário, frequentemente tem se dirigido a usar protagonistas anônimos para fazer uma ampla descrição social com projeção atual ou para denunciar a história oficial, dando voz a povos historicamente oprimidos (Colomer, 2001, p. 13-14).

e ficção infantil e juvenil no Brasil: as ressignificações do passado como vias de descolonização na formação leitora (2023).

De acordo com o percurso delineado por Santos (2023)⁵, vemos, sobre as narrativas híbridas que mesclam história e ficção na literatura infantil e juvenil brasileira, que as primeiras obras acrílicas, nesse contexto, surgem nas décadas de 1940 e 1950 – com as produções *O Gigante de Botas* (1941) e *Coração de Onça* (1951), de Ofélia e Narbal Fontes (1941-1951). Progressivamente, começam a emergir, também nesse âmbito, obras que questionam a univocidade do discurso histórico tradicional, estabelecendo um percurso no qual se vai de obras acrílicas, às críticas/mediadoras (na década de 1980) e às críticas com tendência à desconstrução (nas primeiras décadas do século XXI).

Ao apontar, na sequência dessa trajetória, para obras como *A aldeia sagrada* (1953), de Francisco Marins; *O Degredado* (1964), de Alves Borges e *O menino de Palmares* (1968), de Isa Silveira Leal – cujo teor é crítico/mediador diante dos registros historiográficos tradicionais –, o pesquisador indica que é na década de 1980 que essa tendência crítica mediadora nas obras infantis e juvenis – que não tem por finalidade primordial desconstruir imagens e eventos antes consagrados na historiografia (como é comum no romance histórico crítico/desconstrucionista), mas apresentar perspectivas antes marginalizadas dos acontecimentos –, no Brasil, inicia seu processo de consolidação. É essencial, para a análise desse contexto, trazer à tona, neste momento, a definição de “narrativas híbridas”, na seara da literatura infantil e juvenil brasileira, conforme delineada pelo autor, que menciona:

Dessa forma, reforçamos que nossa concepção de narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil está centrada nas tessituras literárias que mesclam elementos oriundos da história – personagens de extração histórica, que são ficcionalizadas; acontecimentos do passado, que são recuperados como elementos temporais ou espaciais dos relatos; fontes e documentos históricos, que são incorporados aos relatos ficcionais por meio da intertextualidade, entre outros possíveis materiais provenientes

⁵ A tese de Santos, *Uma trajetória das narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil no Brasil: as ressignificações do passado como vias de descolonização na formação leitora* (2023), defendida no contexto da Pós-graduação em Letras da Unioeste/Cascavel-PR (PPGL), no ano de 2023, integra as ações do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. O estudo encontra-se disponível em: Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6855> Acesso em: 30 jan. 2024. Esse texto, em breve, será publicado em formato de livro. Recomendamos a leitura desse estudo para ampliar os conhecimentos sobre a escrita híbrida no Brasil para jovens leitores em formação e sua relevância na formação de um leitor literário decolonial já no espaço do Ensino Fundamental.

do campo da historiografia [...], como ocorre, também, no romance histórico para adultos, segundo Mata Induráin⁶ (1995) e Fernández Prieto (2003). Nesses relatos híbridos, a ficção, com sua potencialidade de linguagem conotativa, costuma preencher os espaços vazios deixados pela historiografia tradicional (Santos, 2023, p. 88).

Nessa nossa menção aos estudos de Santos (2023), fica claro que as narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis, segundo defende também Fleck (2023, p. 31), “[...] em linhas gerais, obedecem aos mesmos paradigmas da hibridação entre história e ficção em relatos literários que se aplicam ao romance histórico”. Elas não são consideradas “romances históricos”, pelos estudiosos dessas produções, porque, majoritariamente, não atingem, pelo público-alvo ao qual se destinam, a dimensão de um relato romanesco, mas são excelentes exemplares da prosa híbrida brasileira. Além disso, não se confundem com outras produções alusivas ou alegóricas ao passado, pois

[...] tais obras, por apresentarem dados identificadores específicos de tempo, espaço e/ou personagens dos quais há registros/documentos/fontes anteriores, expressos na tessitura narrativa, diferenciam-se daquelas escritas híbridas que são alegóricas, ou seja, obras que remetem a certo passado conhecido do leitor e tornam possível, assim, inferir sua proximidade com determinado fato, evento ou personagem, os quais não são explicitamente mencionados na tessitura narrativa (Fleck, 2023, p. 31).

No contexto de produção das obras híbridas de história e ficção da literatura infantil e juvenil brasileiras, uma variedade de temas tem sido explorada, incluindo debates sobre questões sociais, políticas, de gênero entre outros, trazendo à luz problemáticas que anteriormente eram consideradas sensíveis ao público jovem. Um exemplo disso é a abordagem feita nesse âmbito ficcional aos eventos relacionados à ditadura civil-militar⁷ brasileira (1964-1985), assunto que trazemos à baila neste estudo.

⁶ O autor, com essa alusão ao teórico, refere-se ao exposto pelo crítico quando este menciona que “*la presencia en la novela histórica de este andamiaje histórico servirá para mostrarnos los modos de vida, las costumbres y, mejor comprensión de aquel ayer [...], todo ese elemento histórico es lo adjetivo, y lo sustantivo es la novela* (Mata Induráin, 1995, p. 18). [Nossa tradução: [...] a presença no romance histórico deste andaime histórico servirá para nos mostrar os modos de vida, os costumes e uma melhor compreensão daquele passado [...], todo esse elemento histórico é o adjetivo, e o substantivo é o romance (Mata Induráin, 1995, p. 18).

⁷ O professor de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF), Daniel Aarão Reis Filho (2000), é precursor na implementação do termo “civil-militar”, com o qual concordamos e adotamos neste trabalho. Na perspectiva de Reis Filho (2000), o uso de tal qualificação não significa uma proposta para conceituar de outra maneira o regime de exceção, já que a ditadura deve ser chamada conceitualmente de ditadura militar porque as corporações militares eram, efetivamente, as que governavam impositivamente o país neste período. Entretanto, o historiador explica que o uso do civil-militar foi para recuperar as evidências da participação ativa, consciente e fundamental dos civis desde a instauração da ditadura, em 1964. Exemplos de ações civis que deram impulso ao surgimento e à longa manutenção do

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964 a 1985), ocorreu uma intensa repressão caracterizada pela opressão e pela violência contra qualquer indivíduo ou grupo que contestasse a ideologia imposta pelos novos governantes da nação. Sob as restrições à liberdade de expressão impetrada pela censura, muitos escritores, artistas, músicos, pesquisadores e políticos, que expressavam discordância em relação ao regime, foram perseguidos, exilados e, em alguns casos, até mesmo assassinados. Mesmo os cidadãos comuns, que não se envolviam em ativismo político direto, não escaparam da opressão arbitrária imposta pelo regime da época.

Aliás, a América Latina, como um todo, foi palco da implantação de várias ditaduras, por isso, a temática tem sido um elemento preponderante no debate político-cultural desse contexto. As discussões em torno da memória e do esquecimento a tais episódios tornaram-se uma questão central para os países que viveram a ditadura em suas histórias, visando, especialmente, à organização e ao fortalecimento dos sistemas democráticos que se seguiram aos regimes autoritários (Meneses, 2016). Corroborar essa afirmativa a tese *A ficção do indizível: historiografia indisciplinada e memória das Ditaduras Militares na América do Sul* (2023), de Tairon Villi (2023, p. 08), defendida na Universidade Federal do Paraná, na qual se enuncia que

[...] a literatura ficcional, com a sua capacidade maior de simbolizar do que a da historiografia, oferece uma abordagem potencialmente mais contundente de penetrar no pavimento das sensibilidades, sobretudo em relação à necessidade de narração acerca dos eventos e períodos traumáticos. E é justamente nesse aspecto que a literatura se apresenta como uma importante aliada e ferramenta heurística para a história, pois esta – há anos – discute as formas de narrar o trauma sem chegar a resultados muito satisfatórios.

Nesse contexto, a literatura infantil e juvenil brasileira não se tem eximido dessa responsabilidade e, com várias produções, tem ressignificado essa fase traumática de nosso passado nacional. Entretanto, apesar dos avanços democráticos, é notável, ainda, a capacidade ideológica de as ditaduras criarem bases institucionais e culturais que sobrevivem largamente às suas vigências e continuem a se manifestar em diferentes esferas das sociedades (Silva, 2018). No Brasil, esta situação ficou ainda mais evidente durante o processo das eleições presidenciais de 2022 e dos atos golpistas do início de

regime ditatorial foram os movimentos religiosos conservadores (como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade), a participação exercida por veículos de imprensa, acadêmicos, e políticos com grande influência.

2023, nos quais uma considerável parcela da população, que negava ou minimizava as atrocidades ocorridas no período da ditadura civil-militar e que, pela desinformação, mostrava-se desejosa pela volta dos militares ao poder.

Essa polarização extrema tem contribuído para o crescimento da intolerância política, social e cultural, resultando, frequentemente, em confrontos verbais, insultos e, em alguns casos, até mesmo em violência física. As redes sociais e a propagação de notícias falsas desempenham um papel crucial nesse aumento da intolerância, destacando os baixos níveis de interpretação em nosso país. Embora a internet e as redes sociais tenham possibilitado um maior e melhor acesso às informações, ao conhecimento e à expressão de diferentes opiniões, também criou um ambiente propício para a disseminação de discursos de ódio e de desinformação. A rapidez com que informações falsas se espalham e são compartilhadas contribui para a intensificação dessa polarização e para a formação de bolhas ideológicas, onde cada grupo se fecha em sua própria perspectiva do mundo.

Partimos, então, do pressuposto de que a educação é a melhor ferramenta para enfrentar o aumento dessa inflexibilidade e da disseminação da desinformação na sociedade. Nesse contexto, as leituras literárias críticas desempenham um papel fundamental, especialmente aquelas que amalgamam história e ficção. Ao confrontarem o discurso historiográfico positivista e dominante que moldou nossa compreensão do passado, as obras híbridas de história e ficção têm o potencial de descolonizar, gradualmente, as mentes, as identidades e o imaginário dos leitores. Ao desterritorializar o espaço imaginário, profundamente influenciado pelas ideias coloniais ao longo dos séculos de dominação das nações latino-americanas, essas obras oferecem uma alternativa ao discurso unívoco, assertivo, patriarcal e hegemônico, promovido pela retórica da modernidade/civilidade e disseminado pelas metrópoles colonizadoras europeias (Fleck, 2021).

A partir dessa conjectura, neste texto, analisamos as representações da ditadura civil-militar brasileira produzidas no âmbito da literatura juvenil, por meio do estudo da obra *Clarice* (2018), de Roger Mello. Nesse intento destacamos os elementos da narrativa de Mello (2018), bem como os efeitos de recepção de sua tessitura narrativa híbrida de história e ficção. Dessa forma, nossa leitura constitui-se em uma pesquisa qualitativa focada na revisão bibliográfica sobre o tema. Procedemos ao estudo dos recursos narrativos segundo a teoria literária de Genette (1979; 1998, 2017), e das estratégias

escriturais, ancorados em Bakhtin (2011). Além disso, baseados nos preceitos de Mignolo (2007) e Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) sobre a decolonialidade, tecemos uma reflexão a respeito da potencialidade da obra, enquanto narrativa híbrida de história e ficção, que pode contribuir para a formação de leitores literários decoloniais, já que é uma leitura que propicia a ressignificação do passado e a construção de novos olhares sobre o processo histórico de formação de nossa sociedade.

Propomo-nos, com isso, a refletir sobre as potencialidades da leitura das escritas híbridas de história e ficção infantil e juvenil brasileiras, produzidas em diferentes tempos, com vistas a contribuir à implementação de propostas de uma formação de leitores literários que, ao empreender leituras de projetos estéticos literários decoloniais, possam, gradativamente, construir um caminho de descolonização das mentes, das identidades e do próprio imaginário, como, a seguir, expomos.

1. Retratos de um período traumático: a atmosfera em *Clarice* (2018), de Roger Mello

Lançada em 2018, pela Editora Global, a obra *Clarice* tem como narradora e protagonista a personagem menina Clarice. A diegese dessa obra volta-se à narração da situacionalidade da personagem que, inesperadamente, precisa aprender a lidar com o desaparecimento dos pais e o cerceamento das autoridades militares a vários membros e amigos de sua família. A causa principal dessa perseguição política é a posse de livros proibidos pelo sistema ditatorial por seus familiares. Por não compreender o contexto da ditadura civil-militar no Brasil, a menina-personagem traça um percurso imaginário, reflexivo e repleto de questionamentos, buscando entender as palavras não ditas, as ações e os comportamentos, aparentemente sem sentido, a opressão e a violência da ruptura familiar que constituem a sua existência no presente.

À medida que a personagem Clarice procura respostas que expliquem a realidade na qual está inserida, ela também imerge no mundo da fantasia, ou seja, a personagem estabelece, constantemente, um paralelo entre o mundo real e o imaginário. Dessa forma, a obra não tem a finalidade de substituir ou desconstruir os dados oficiais da escrita historiográfica, mas conduzir o leitor a “imaginar aquilo que foi efetivamente vivido por homens e mulheres” (Figueiredo, 2017, p. 29), possibilitando múltiplas leituras acerca do referido período.

Ao ressignificar, então, o discurso historiográfico por meio do discurso ficcional, compreendemos, nesse processo escritural, que essa obra pode ser analisada pelo viés dos estudos da aproximação entre o romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2011, 2017) e as narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenis (Santos, 2023).

Portanto, defendemos que essa possibilidade plurissignificativa de olhar o passado sob a ótica da ficção, proporcionada pelas narrativas híbridas de história e ficção, deve ser desenvolvida desde o início da formação leitora, pois abre espaço para que o jovem leitor em formação possa compreender que não existe uma única visão sobre os fatos do passado, tendo a possibilidade, inclusive, de se dissociar de alguns estereótipos difundidos em nossa sociedade até os dias atuais.

No Brasil, foi durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985) que as representações de cunho político e social tornaram-se constantes na literatura infantil e juvenil. Nessa época, os escritores encontraram na literatura voltada para as crianças e adolescentes uma forma de denunciar, por meio do ludismo e de uma linguagem inovadora (rica em metáforas, paródias, carnavalizações etc.), as diferentes faces e consequências do autoritarismo, driblando, dessa forma, a censura da época (Zilberman; Magalhães, 1987).

Desde o início do processo de redemocratização até os dias atuais, é possível verificar um crescente número de obras literárias brasileiras que abordam o tema. Tais obras constituem-se, portanto, em instrumentos de resistência contra o esquecimento da repressão ditatorial. O que antes precisava ser figurado, metaforizado para escapar da censura, agora pode ser transmutado em experiências com a ditadura (Checchia, 2020).

Apesar da liberdade de expressão de hoje, a ditadura militar ainda se constitui em um tema de abordagem delicada para com as crianças e os adolescentes, dada a complexidade de seus desdobramentos: violência, repressão, cerceamento de liberdades; problemáticas que continuam sendo consideradas difíceis de serem adequadamente apresentadas para esse tipo de público. Nessa perspectiva, as narrativas híbridas de história e ficção voltadas ao público infantil e juvenil podem constituir-se em um valioso instrumento de abordagem e reflexão sobre o tema. Isso ocorre por promoverem releituras do passado pela ficção e proporcionarem a construção de novos olhares sobre o processo histórico social de formação de nossa sociedade.

Com o intuito de identificarmos algumas dessas obras que tratam da temática pesquisada – a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) – valemo-nos do quadro de

catalogação das narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis da literatura brasileira, elaborado pelo professor e pesquisador Vilson P. dos Santos (2023), em sua já citada tese de doutoramento. O conjunto de obras por ele catalogadas compreende os títulos publicados de 1941 a 2022 e foram classificadas a partir de suas aproximações com o romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2017). Ou seja, Santos (2023, p. 133-134) compilou ocorrências dessas escritas, desde a

[...] instauração dessa vertente no âmbito infantil e juvenil brasileiro e sua transição da acriticidade inaugural, da década de 1940, ao âmbito das escritas críticas que se aproximam do romance histórico contemporâneo de mediação, nas décadas de 1950 e 1960; à implementação recorrente de escritas críticas/mediadoras, a partir da década de 1980; até ao que podemos considerar a fase de consolidação das escritas críticas/mediadoras, cuja produção tem-se tornado volumosa e recorrente no século XXI, na literatura para jovens leitores no Brasil.

A partir do quadro⁸ abaixo exposto, identificamos, como pertinentes ao nosso tema, as seguintes obras:

Quadro 1. Obras Infantis e juvenis com temática sobre a Ditadura Civil-militar

Título da obra	Autor	Ano de publicação	Temática específica/ Indicação	Grupo: Acrítico ou Crítico
<i>Meninos Sem Pátria</i>	Luiz Puntel	1981	Ditadura Civil Militar (juvenil)	Crítico
<i>Rômulo e Júlia: os caras pintadas</i>	Rogério André Barbosa	1993	Ditadura Civil Militar (juvenil)	Crítico
<i>Os netos da Ditadura</i>	Heloísa Parenti	1995	Ditadura Civil Militar (juvenil)	Crítico
<i>Abaixo a Ditadura!</i>	Claudio Martins	2004	Ditadura Civil Militar (infantil)	Crítico
<i>Clarice</i>	Roger Mello	2018	Ditadura Civil Militar (juvenil)	Crítico
<i>Zuzu</i>	David Massena	2019	Ditadura Civil Militar (infantil)	Crítico
<i>Minha valente avó</i>	Andreia, Edu e Ana Prestes	2020	Ditadura Civil Militar (infantil)	Crítico

Fonte: Santos (2023, p. 312-313)

⁸ Recorte do **quadro 13**, da tese *Uma trajetória das narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil no Brasil: as ressignificações do passado como vias de descolonização na formação leitora* (2023 p. 312-313), de Vilson Pruzak dos Santos, que apresenta as obras que se voltam ao Período do Brasil República. O estudo está disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6855/2/Vilson_Santos2023.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

Dentre as obras elencadas, selecionamos para nossa análise o relato híbrido *Clarice*, escrita por Roger Mello e ilustrada por Felipe Cavalcante. O livro *Clarice* foi lançado em 2018 e relata, de forma velada e subjetiva – à guisa de paródia de como circulavam certas informações à época da ditadura –, a experiência do desaparecimento dos pais da personagem Clarice, durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Assim, esse relato é um jogo linguístico de encobrir e descobrir, de não revelar plenamente para expandir os sentidos, fazendo da arte literária um território cheio de lacunas a serem preenchidas pelas vivências, pesquisas e experiências de mundo dos leitores, parodiando-se, dessa maneira, a necessidade de ocultações típicas dos regimes ditatoriais

A personagem protagonista assume, também, a função de narradora do relato, pois está inserida no nível intradieético, ou, como aponta Genette (1979), estamos diante de uma narradora autodieética, já que a voz enunciativa relata suas próprias vivências. Tal opção imprime ao relato um tom de “verdade individual”, além de carregar o texto com a força do “efetivamente vivido”, atribuindo-lhe verossimilhança, sem deixar de reservar um espaço para a fantasia, especialmente, por se tratar de uma voz enunciativa infantil/juvenil. Essa organização do tecido narrativo da obra juvenil *Clarice* (2018) aproxima-a da primeira característica do romance histórico contemporâneo de mediação elencado por Fleck (2017, p. 109) que expressa que tais escritas apresentam “uma releitura crítica verossímil do passado”. Isto é, a recriação ficcional do evento da ditadura civil-militar no Brasil constitui-se, assim, em uma releitura crítica, com características de verossimilhança com a realidade histórica, conferindo um tom de “autenticidade” aos acontecimentos ficcionais relatados pela voz autodieética.

Quanto ao narratário do relato de Mello (2018), não há no texto nenhuma referência explícita que o identifique como um narratário específico, ou a uma personagem a quem a protagonista se dirige. No entanto, podemos observar algumas interpelações⁹ que a voz enunciativa realiza ao longo do texto, por meio de marcações

⁹ Baseado na teoria de Genette sobre a categoria do narratário, Vincent Jouve (2002), distingue três tipos de narratário: narratário-personagem (aquele que desempenha explicitamente um papel na diegese, é nomeado no texto); narratário interpelado (não é personagem nomeado, mas, por meio de marcações gramaticais, é interpelado pelo narrador, que presume para o texto uma certa categoria de leitores); e o narratário oculto, que segundo Jouve (2002, p. 43) “O narratário extradiegético, portanto, como papel que o texto propõe ao leitor, é de fato o modelo de todos os leitores abstratos ou virtuais que as diferentes teorias da leitura procuram definir”.

gramaticais, que nos possibilitam inferir a presença de um interlocutor a quem se dirige a enunciação.

Dessa forma, por não participar das ações diegéticas, de acordo com Genette (1979), o narratário está localizado no nível extradiegético. Notamos essa possibilidade nos enunciados a seguir destacados: “**Já falei dos brasiliários?** Os brasiliários andam muito de carro. E sabem desviar da viatura de polícia” (Mello, 2018, p. 14); “Por acaso, era culpa dos brasiliários todas as esquisitices dos, eh... todas as coisas que E.L.E.S...? **Esquece**” (Mello, 2018, p. 83); “Se eu disser que me senti mais próxima dela na foto do que agora, eu aqui, ela no quarto ao lado, **vai dar pra acreditar?**” (Mello, 2018, p. 84); e ainda, “Acordei dentro do carro, na parte em que o carro entra na estrada de terra. **Como conseguir dormir com esse...?** com os buracos no caminho fazendo o lado de fora balançar mais que o dedo dentro, **deixa pra lá**” (Mello, 2018, p. 106).

Os exemplos de fragmentos acima chamam, genericamente, a um narratário – externo à diegese, de perfil indeterminado, por isso, podemos classificá-lo como narratário extradiegético (Genette, 1979) – mas que é gramaticalmente mencionado pela presença das indagações (como em uma espécie de diálogo entre a narradora e seu narratário) e pela marcação desinencial dos verbos “esquece/vai/deixa”. Além disso, as indagações feitas pela narradora convidam esse narratário a partilhar com ela suas ideias e emoções, ou seja, suas experiências vividas. As perguntas são lançadas para provocar a reflexão do narratário, chamá-lo para mais próximo das situações relatadas, mas as respostas já são, imediatamente, indicadas pela própria narradora, em uma tentativa de abafar os seus próprios pensamentos, seus sentimentos e conflitos interiores.

Dessa forma, esse ente ficcional (o narratário) com o qual a narradora interage por meio do discurso interpelativo, instiga o próprio leitor empírico a sair de sua situação de fruição, para, então, refletir sobre o relato lido e se posicionar frente à ressignificação que a obra híbrida busca dar ao passado do povo brasileiro, isto é, às experiências vividas durante a ditadura. Na tessitura narrativa não há, de fato, menções explícitas a tal período – assim como não há em relação aos sujeitos históricos, nele sintetizados pela desinência “E.L.E.S”, uma espécie de sujeito indeterminado, cujos nomes não se identificam, por razões que o próprio período explicita. Assim, a ficção busca reproduzir, na tessitura do relato híbrido, o clima de cuidado, de tensão, de repressão, que o regime ditatorial imprimia nos sujeitos à época. Assim, tal como as informações eram omitidas ou encobertas na realidade vivida durante a ditadura (1964-1985), ao leitor de *Clarice*

(Mello, 2018) são apresentados, apenas, uma série de vestígios vinculados a este tempo histórico, cuja dimensão significativa precisa ser decifrada pelo leitor, já que a protagonista, cerceada e perseguida, vigiada e procurada, não pode dizer tudo.

Como evidências, observamos inúmeras referências implícitas, como as subentendidas nos fragmentos em que a narradora-protagonista assiste a um programa de televisão, em preto e branco, sobre a conquista espacial:

A cápsula da Apollo 5 tinha pousado na lua e, quando voltou, caiu no mar [...]. Por que é que a espaçonave que pousou na Lua foi cair no mar? [...]. Eu acho que perdi a paciência e quis desligar a televisão, mas a televisão era da Pelletier, e ela adorava aquele programa preto e branco. [...]. Os Americanos e os russos brigavam por esse espaço sem a menor graça [...]. (Mello, 2018, p. 48-49).

Além da menção à corrida espacial entre americanos e russos, que historicamente situa-se entre os anos de 1957 a 1975, os quais, a partir de 1964, correspondem à vigência da ditadura civil-militar no Brasil, constatamos outros vários indícios que remetem a este período de repressão e cerceamento em nosso país: “De uns tempos para cá, os assuntos ficam sempre de olhos arregalados e pela metade quando a gente aparece. Sussurros. Aos poucos, as pessoas já nem tentam mais disfarçar [...]” (Mello, 2018, p. 55). Essa atmosfera revela-se também na cena a seguir destacada:

O lago engole o livro como uma boca gigante. Deixa ver, nem pude olhar a capa ou o dentro do livro – antes de ele desaparecer na água.
Que sentido faz alguém que tem tantos livros atirar livros pela ponte?
– Agora não, Clarice.
– Eu não perguntei nada.
– Mas fez cara de quem perguntou.
– Se os livros boiam, se voltam à tona, E.L.E.S acabam nos descobrindo.
– Quem eram E.L.E.S.? Não sei. Sei que foram os mesmos que andaram atrás da Zilah (Mello, 2018, p. 10).

Destacamos ainda outra situacionalidade apontada na tessitura do relato de Mello (2018) que nos localiza no período ditatorial no Brasil, apresentada no discurso direto das personagens que interagem sobre temas diversos de seu cotidiano. Vejamos isso no fragmento exposto à continuação:

No caminho pra casa o Tarso desandou a falar:
– Esse filme não foi cortado.
Como você sabe? Porque é um desenho animado?
– Porque dá pra ver quando cortam uma cena. O pai da Alice corta filmes, separa as cenas que ele não quer que os outros vejam. É muito fácil de perceber os cortes.

- Eu bem que desconfiava que o pai da Alice trabalhava pra E.L.E.S.
- Deve trabalhar. Ela disse que cortam o filme inteiro quando acham que o filme é subversivo.
- Não sabíamos o que era essa palavra, “subversivo”.
- Mas ouvíamos muito, então repetíamos sem saber mesmo: subversivo subversivo subversivo. Era bom de repetir (Mello, 2018, p. 26-27).

Dessa forma, evidenciamos que a censura aos filmes, a proibição de livros, o medo de ser descoberto e perseguido pelos militares, simplesmente por manifestar ideias contrárias às impostas pelo regime, são elementos típicos do período ditatorial, como aponta a pesquisadora Sandra Reimão (2014, p. 75), ao mencionar que,

[...] no Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985), e destacadamente a partir da Constituição outorgada de 1967, a censura oficial do Estado em relação a filmes, peças teatrais, discos, apresentações de grupos musicais, cartazes e espetáculos públicos em geral era exercida pelo Ministério da Justiça (MJ) por meio do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP). A partir de 1970, livros e revistas também passaram a ser examinados pelo SCDP-DCDP. [...] a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física.

Aliás, a busca pelos livros “subversivos” é uma constante na obra, servindo de mola propulsora para os acontecimentos referidos no universo diegético. O ponto de partida da diegese é exatamente a ação que a narradora-protagonista presencia: a cena executada pelas suas tias, atirando os livros proibidos dentro de um lago. Para se livrarem dos tais livros, as tias da menina Clarice precisavam amarrá-los em pedras e atirá-los na água, pois se os queimassem, a fumaça poderia despertar a atenção das autoridades. A propósito, sempre que a narradora vai referir-se às autoridades que controlavam o poder, ela utiliza, como já nos referimos, as siglas E.L.E.S. ou V.O.C.Ê.S.A.B.E.Q.U.E.M, pois, apesar de saber que eles são indivíduos que trabalham, vigiando e punindo as pessoas que apresentassem comportamentos considerados subversivos, a menina não compreende como e por que eles faziam isso, o que se constitui em um mistério na mente de Clarice.

A partir desse momento inicial, a diegese apresenta várias analepses (Genette, 1979) que revelam fatos de um passado não muito distante e explicam o presente que está sendo contado. Esses retornos no tempo são utilizados pela narradora-protagonista para rememorar as últimas lembranças de seus pais e tentar entender o que aconteceu com eles, como no excerto do Capítulo 12, a seguir exposto, que se refere ao dia em que o pai de Clarice desapareceu:

Lembro de pouca coisa daquela tarde, [...] foi a primeira vez que meu pai apareceu dirigindo um Aero Willys. A última vez que vi meu pai. Na vez que ele entrou em um Palácio sobre rodas. E nunca mais voltou. [...] Nesse dia, meu pai não vestia a roupa azul e cinza. Não dava ordens a ninguém. Não recebia ordens de ninguém. Endireitava o sol, como se a mão dele fosse seu quepe. E se atrapalhava com as coisas soltas que carregava. Pelo menos três coisas caíram pelo caminho ele nem se virou. Minha tia ainda tentou chamar atenção:

– Espera! Vou pegar uma bolsa!

– Não precisa.

A última coisa que disse: “Não precisa”.

Naquela época eu não sabia o que queria dizer: que ele não ia voltar (Mello, 2018, p. 67-69).

Como observado, a personagem pai da narradora-protagonista, Clarice, era um militar e fugiu às pressas, sem ao menos explicar o que estava acontecendo, nem mesmo para a filha. O motivo não está explícito, contudo, já nos capítulos iniciais do relato, a própria narradora dá indícios de que o pai também apreciava e guardava livros que eram proibidos pelas autoridades militares: “Ela sabe que me chamo Clarice por causa da escritora. Que minha mãe gostava e que meu pai gostava também, a ponto de esconder os livros da Clarice pra ela” (Mello, 2018, p. 39). Mesmo sendo um militar, o pai não consegue evitar que a posse dos livros proibidos não tivesse consequências para sua família e para si próprio. Nesse sentido, fica subentendido que o pai da menina poderia ter partido em busca da esposa, que fora levada por um grupo de militares, ou precisou esconder-se, sem dar informações a ninguém, exatamente para poupar a família de novas perseguições.

Destacamos aí, nesse aspecto da temporalidade da obra, a segunda característica que a aproxima do romance histórico contemporâneo de mediação conceitualizado por Fleck (2017, p. 110) que pontua que neles vemos “uma narrativa linear do evento histórico recriado”. Observamos em *Clarice* (Mello, 2018) uma certa manipulação do tempo, por meio das referidas analepses, entretanto, como o próprio autor menciona, no romance histórico contemporâneo de mediação “não se deixa de manipular o tempo da narrativa, promovendo retrospectivas ou avanços nesta pelo emprego de analepses ou prolepses. Tal manipulação temporal não se configura, contudo, em anacronias exageradas [...]” (Fleck, 2017, p. 110). Dessa forma, entendemos que, embora a obra aqui analisada apresente saltos temporais nas ações das personagens, há uma sequência lógica dos acontecimentos que garantem a linearidade cronológica da diegese em relação ao tempo histórico recriado.

Sobre o desaparecimento da personagem mãe de Clarice, as circunstâncias são ainda mais obscuras, ao ponto de a narradora não fornecer informações ou explicações sobre o assunto; apenas algumas analepses, espalhadas ao longo dos capítulos, tentam resgatar as lembranças da menina. A protagonista-narradora sabe tão pouco sobre a situação que, no relato, quem assume a narração em certo momento, detalhando um pouco mais este ponto, é a personagem de seu primo, o menino Tarso. Tarso, que é muito próximo a Clarice, ouve uma conversa entre as tias, conversa esta cheia de incógnitas e lacunas, as quais ele vai preencher com sua imaginação ao assumir a voz enunciativa:

Nunca vamos saber o que o porteiro disse a E.L.E.S. Nunca vamos saber o que não disse. E.L.E.S. fizeram algumas perguntas em voz alta, mas não, não se ouvia o que perguntavam. Perguntaram se o carro tinha estacionado há pouco, isso dava para ouvir e viram as cartas em cima da mesa do porteiro. Pronto, sabiam qual era o número do apartamento.

[...] Só sei que não demorou até entrarem no apartamento, sem fazer força. [...]

– Sua mãe ouviu o som, empurrou minha mãe pra dentro do armário.

– “Silêncio – ela disse – são E.L.E.S.”

[...] A conversa terminava ali. E.L.E.S seguraram sua mãe pelo cotovelo. Ela ajeitou o vestido, arranhou um canto da blusa querendo tirar um fio que não existia. Tudo antes de sair.

– Como você sabe disso? Sua mãe estava presa no armário.

– Essa parte eu imaginei.

– Foi bem desse jeito, tenho certeza. Levaram sua mãe.

– Até hoje (Mello, 2018, p.57-59).

Esse movimento de transferência da voz enunciativa da narradora-protagonista Clarice para a personagem Tarso, mesmo que breve, constitui o que Genette (1979) denomina de um relato em nível metadieético, na voz de um narrador também metadieético, pois o relato do menino (sobre como aconteceu o desaparecimento da mãe de Clarice) faz surgir uma diegese secundária – relatada por outra personagem –, inserida na diegese principal, cuja narradora é a protagonista Clarice. Dessa forma, a ação de narração dessa segunda diegese dá-se de dentro das ações diegéticas centrais, ou seja, no nível metadieético. Esse recurso narrativo, ao nosso ver, contribui para o estabelecimento de uma atmosfera de tensão e dúvida na obra, já que ambos os pontos de vista (tanto da narradora autodieética – Clarice, quanto do narrador metadieético – Tarso, no relato metadieético) revelam as interpretações imprecisas que essas duas personagens fazem sobre os acontecimentos de sua realidade, pois não têm informações nem compreendem os fatos. Além disso, as poucas respostas que eles criam para seus questionamentos são carregadas de imaginação e fantasia, revelando uma maneira de

tentarem suportar as perdas e os traumas e, dessa maneira, prosseguir no contexto opressor em que estão inseridos.

Sobre esse aspecto das vozes enunciadoras juvenis, destacamos ser ele mais um ponto de aproximação da obra *Clarice* (Mello, 2018) com o romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2017), já que tais obras apresentam um “foco narrativo geralmente centralizado e ex-cêntrico”. Em relação a essa característica, o autor (Fleck, 2017) postula que o romance histórico contemporâneo de mediação tem como objetivo explorar perspectivas “vistas de baixo”, uma expressão usada por Sharpe (1992) para denotar a atenção conferida pelos historiadores da Nova História às “[...] experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história” (Sharpe, 1992, p. 41). É digno de nota, então, a escolha do autor Roger Mello (2018) por uma narradora (e um metanarrador) juvenil em sua releitura ficcional da história, já que a faixa etária da adolescência foi, por muito tempo (se não o é ainda), relegada a um segundo plano, tratada com invisibilidade e subordinada ao mundo adulto; especialmente durante a truculência do período ditatorial. Nesse sentido, dar “espaço de fala” aos excluídos (adolescentes, que quase nunca são levados a sério) é subjetivar o conteúdo histórico incluído na diegese, possibilitando a construção de diferentes pontos de vista sobre o fato histórico.

Além dos desencontros entre a ordem do tempo da história e a ordem do tempo do discurso (Genette, 2017) já mencionados, isto é, a divergência entre a ordem dos acontecimentos na diegese e a ordem de sua apresentação na obra, promovidos pelas analepses, destacamos, também, os efeitos dos recursos temporais ligados à sua duração. A maior parte do discurso narrativo em *Clarice* (Mello, 2018) é composto por aquilo que Genette (2017) chama de “cena”. As cenas são, dentre os recursos de movimento temporal, aqueles que mais se aproximam, em termos de duração, entre o tempo da história e do discurso. Elas privilegiam o diálogo, que geralmente é marcado pela presença do discurso direto, criando a impressão de que o fato transcorre bem diante dos nossos olhos, em tempo real. Alternadas com as cenas, observamos a presença de pausas descritivas e digressões reflexivas (Genette, 2017), aquelas paradas em que o narrador introduz descrições minuciosas e comentários reflexivos no discurso narrativo, fazendo com que o tempo da diegese pare e o tempo do discurso narrativo se alongue. Contudo, mesmo sendo uma pausa temporal, como o próprio Genette (2017, p. 161) pontua, “ela

contribui para o avanço da narrativa em termos de ação psicológica”, ampliando a experiência subjetiva do leitor. Vejamos o exemplo a seguir:

A Pelletier me olhava como se procurasse alguém que eu olhava longe. Ela fez uma cara de medo e apontou para a televisão:

– Olha lá.

– Olha lá o quê?

Na TV viajantes do espaço vestem roupas coloridas com bolas pontudas no meio de plantas do deserto mexicano. Seres de outro mundo parecem mais monstros do fundo do mar. E dá para ver que usam zíper.

O espaço na TV parece um aquário. Não é verdade? Ou é assim, ou astronautas se casam com feitiças pra espantar a falta de graça de viajar num espaço azul e sem força. Sabe o que a Pelletier perguntou?

– Qual foi a melhor coisa vista do espaço?

– Desisto.

– Ver a Terra de lá da Lua.

– Viajar então era isso? Ver sua casa pelo lado de fora? [...] (Mello, 2018, p. 49).

Ainda que curta, a passagem destacada mostra como a narradora interrompe as ações que estava narrando, fazendo uma pausa para comentar um ponto de vista sobre o assunto. Ou seja, aqui há um momento nulo de ações/acontecimentos, porque a narradora divaga em seus pensamentos e impressões pessoais, em uma espécie de confusão mental ou transbordamento de emoções. Esse tom introspectivo deixa ainda mais evidente a desaceleração no ritmo da narrativa, com uma sensação de vazio existencial, que, numa intertextualidade implícita, remete à narrativa intimista de Clarice Lispector.

Essa atmosfera intimista, ou clima, de dúvida e tensão é reforçada pelos recursos espaciais empregados na obra. O conjunto de lugares geográficos e/ou arquitetônicos (Franco Júnior, 2009) abordados na obra são referências reais da cidade de Brasília. É na descrição da visita ao Palácio do Itamaraty, da sessão de cinema no Cine Brasília, do passeio no Lago Paranoá, dos prédios do Plano Piloto, do Aeroporto Internacional de Brasília, entre outros lugares da Capital Federal, que realidade e fantasia se encontram na voz enunciativa juvenil, pois é exatamente nesses espaços que memórias, sentimentos e sensações vêm à tona. Assim, a imaginação volta a explicar aquilo que não é compreendido, como podemos observar na passagem a seguir, em que a narradora descreve a formação do lago Paranoá:

Eu quase podia ver aquela água toda enchendo o rio Paranoá, inundando um monte de casas de madeira e o velho cemitério dos Goyazes. Não deu nem tempo de tirar as árvores. Até hoje as pessoas se afogam presas na trama dos galhos lá no fundo. Eu sempre soube que a trama dos galhos lá no fundo eram as tripas de uma boca que engole livros (Mello, 2018, p. 36).

Somadas a esses recursos narrativos, destacamos, ainda, a utilização de algumas técnicas escriturais que influenciam sobremaneira na criticidade do texto: a ironia e a intertextualidade. Durante vários momentos da obra *Clarice* (Mello, 2018), há menção à cor vermelha, como, por exemplo, nos lápis de cor da colega Pelletier, mas principalmente nos livros proibidos: “Foi antes de o Tarso fechar o livro vermelho com letras em coreano” (Mello, 2018, p. 55), ou seja, o vermelho remete diretamente ao que é proibido. Sobre isso, a narradora-protagonista, a menina Clarice, faz uma observação em tom de ironia: “[...] eu não entendia como alguém podia desaparecer por causa de um livro. Um livro vermelho, ouvi numa conversa delas. O *Chapeuzinho Vermelho* deve estar proibido então, eu ri” (Mello, 2018, p. 39), e ainda completa: “Chapeuzinho Vermelho subversiva. O lobo ficava confuso” (Mello, 2018, p. 40); ou seja, a narradora minimiza (e até debocha) das ações descabidas dos militares em relação aos livros.

Uma ironia ainda mais refinada pode ser observada na passagem: “Não sei quem desenhou esse jardim, parece coisa do Burle Marx. Burle quem? Meio doido esse tal de Marx. Vi esse mesmo nome Marx num dos livros que o lago engoliu” (Mello, 2018, p. 40). Por meio de um trocadilho entre os sobrenomes de Burle Marx – paisagista de Brasília – e Karl Marx – filósofo alemão – a narradora-protagonista indica ao jovem leitor que as obras do “doido Marx” também eram perseguidas pelo regime. Compreender o porquê de os livros vermelhos serem considerados perigosos e precisarem ser eliminados pelos ditadores militares, e o porquê de alguns pensadores, como Marx, serem considerados subversivos, pode instigar os jovens leitores em formação a irem em busca de respostas, ampliando seu horizonte de conhecimentos.

Bakhtin (2011 [1924], p. 367), ao analisar as relações dialógicas da palavra e discutir a dimensão da ironia no discurso, postula ser ela a contrapalavra que destitui, modifica e ressignifica a palavra à qual se refere e que “[...] entrou em todas as línguas da Idade Moderna [...]. A ironia existe em toda parte – da ironia mínima, imperceptível, à ruidosa, limítrofe com o riso”. Reflete ainda o teórico: “Só as culturas dogmáticas e autoritárias são unilateralmente sérias. A violência desconhece o riso. [...] A seriedade amontoa as situações de impasse, o riso se coloca sobre elas, liberta delas. O riso não coíbe o homem, liberta-o” (Bakhtin, [1924] 2011, p. 370). Nada mais preciso para o contexto ditatorial: sendo a ironia uma construção discursiva, ela cria lugares de resistência e, conseqüentemente, revela um teor altamente crítico, ao fingir “conciliar”

valores sociais conflituosos, juntando vozes sociais diversas e, assim, permitindo aos sujeitos apropriar-se de vozes outras para ridicularizá-las, em um processo de oposição ideológica entre distintos grupos sociais.

Quanto à intertextualidade, de forma direta, são citadas, ao leitor, algumas obras da literatura e ilustrações de esculturas que, na diegese, compõem um conjunto de obras consideradas subversivas. Livros como *A divina comédia*, de Dante Alighieri, *Iznogud, o infame*, de Goscinny Tabary e *O livro vermelho*, de Mao Tsé-Tung, além da ilustração da escultora brasileira Maria Martins e a menção às obras da autora Clarice Lispector, fazem parte do universo diegético, abrindo a possibilidade de inúmeras correlações intertextuais entre as obras.

Segundo Júlia Kristeva ([1969] 2005), Bakhtin foi pioneiro entre os estudiosos da literatura ao propor uma teoria que estabeleceu as bases da intertextualidade. Segundo a autora, apesar de Bakhtin nunca ter se referido diretamente ao termo intertextualidade em suas pesquisas, ao considerar o texto como um cruzamento de múltiplas escritas, um diálogo entre diferentes vozes, o teórico russo lançava as primícias do conceito de intertextualidade como o conhecemos hoje. Esse encontro de vozes no texto pode manifestar-se, até mesmo, em sua menor unidade: a palavra, a qual é carregada de diversos significados. Em outras palavras, cada palavra tem, além de um significado específico em um texto particular, um acúmulo semântico dos contextos aos quais pertenceu. Esses múltiplos significados não se anulam, mas se acumulam e dialogam entre si.

A palavra, no texto literário, define-se de duas formas no texto: ela “[...] pertence simultaneamente ao sujeito da escritura e ao destinatário [...]” (Kristeva, 2005, p. 67) e, ao mesmo tempo, “[...] está orientada para o corpus literário anterior ou sincrônico [...]” (Kristeva, 2005, p. 67). Por meio das palavras e de sua pluralidade de sentidos, o texto se conecta com outros discursos. Isso leva à definição do texto como um mosaico de citações, um local de encontro e interação de vários textos, fenômeno ao qual Kristeva chama de intertextualidade.

A partir disso, destacamos um último ponto que nos permite aproximar a obra *Clarice* (Mello, 2018) do romance histórico contemporâneo de mediação proposto por Fleck (2017, p. 111), que consiste no “emprego de estratégias escriturais bakhtinianas”. Por meio das construções irônicas e da intertextualidade presentes no relato, a narrativa

ficcional entrelaça-se com outras obras, autores e discursos, e toda essa amálgama converge em uma nova narrativa, de forma a permitir outras perspectivas de leituras.

A diegese de Mello (2018) fecha-se tão enigmática como é o passado do período ditatorial: um “quase” abraço entre a narradora-protagonista e sua mãe compõe um final poético, belo, forte e metafórico. A personagem Clarice é levada pela tia para um lugar desconhecido, e em meio à poeira vermelha da estrada, a menina avista uma mulher. Ao mesmo tempo em que seu coração juvenil se enche de esperança, ao reconhecer na mulher características de sua mãe, o medo de seu desejo não se concretizar é tão grande, que faz Clarice duvidar (e até negar) o que vê. E, assim, a diegese se encerra, imersa em uma atmosfera de dúvida e angústia. Um “quase” encontro, carregado de lirismo, que deixa a cargo do leitor imaginar se o encontro entre mãe e filha acontecerá ou não.

Como constatado, a obra *Clarice* (Mello, 2018), nosso *corpus* de estudo, amalgama, em sua tessitura narrativa, todos esses recursos narrativos ficcionais e estratégias escriturais, aqui expostos, com os elementos temporais e espaciais da história de nosso país: o período da ditadura civil-militar (1964-1985). Portanto, esse é nosso ponto fulcral para analisá-la enquanto narrativa híbrida de história e ficção infantil e juvenil, segundo a definição de Santos (2023) e Fleck (2023). Ademais, como os autores destacam, por possibilitarem uma releitura do passado histórico pelo olhar da ficção, as narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil são fontes potenciais para a formação de um leitor decolonial. Cabe-nos, então, compreender as premissas desse pensamento, conforme seguem expressas na próxima seção.

2. Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras e a formação do leitor decolonial

A decolonialidade é uma teoria latino-americana de abordagem crítica ao passado colonial e seus muitos legados ainda presentes nos países antes colonizados, cuja essência busca questionar, refletir e superar as estruturas de poder, conhecimento e dominação implementadas pelo colonialismo na América Latina (Quijano, 2014) nos tempos atuais da colonialidade. Essa teoria, construída no âmbito do grupo de pesquisa do “Modernidade/Colonialidade (M/C)”, do qual fazem parte vários intelectuais latino-americanos, desde a década de 1990, propõe uma reavaliação das relações sociais, culturais, políticas e econômicas que foram moldadas pelo processo de colonização e que

se estenderam à atualidade, constituindo o que se considera, hoje, a colonialidade do ser, do saber e do poder, visando promover a autonomia e a valorização das perspectivas e conhecimentos das populações historicamente subjugadas.

A decolonialidade questiona, pois, as hierarquias de poder, as narrativas dominantes e as práticas que perpetuam a marginalização e a opressão de grupos sociais inferiorizados nos espaços antes colonizados, buscando construir alternativas que promovam a justiça, a igualdade e a diversidade. Essa abordagem tem sido central em diversos campos, incluindo os estudos pós-coloniais, os estudos feministas, os estudos étnicos e os movimentos sociais que buscam transformações sociais e políticas na atualidade.

Para nossas ações de formação do leitor literário decolonial ela também se mostra propensa, pois seus adeptos deixam claro que se trata de uma forma de pensamento que prevê mudanças a longo prazo. Ela é diferente da descolonização primeira, que promoveu a independência territorial e política das nações latino-americanas, pois “[...] *la segunda descolonización – a la cual nosotros aludimos con la categoría decolonialidad – tendrá que dirigirse a la heterarquía de las múltiples relaciones raciales, étnicas, sexuales, epistémicas, económicas y de género que la primera descolonización dejó intactas*¹⁰ (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 17).

O colonialismo impôs-se de forma violenta com a vinda dos europeus para América Latina e teve seu fim, aproximadamente, no início do século XX, com a independência dos Estados-Nação. No entanto, alguns autores como Aníbal Quijano, María Lugones, Catherine Walsh, Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel – que integram o referido grupo de pesquisa latino-americano mencionado –, entre outros, afirmam que, mesmo com os processos de independência, a colonização não acabou de fato, pois estendeu-se a esse segundo momento, que denominamos de colonialidade. Há relações coloniais que são replicadas até hoje, as quais se apresentam por diversas vias, como o patriarcalismo, o racismo, o preconceito de gênero, implementando a hodierna colonialidade na qual vivemos, após os processos de independência.

Remetendo-nos ao nosso *corpus* de análise, *Clarice* (2018), temos uma personagem principal (e narradora) menina, uma adolescente que reclama seu lugar de fala, seu direito

¹⁰ Nossa tradução: [...] a segunda descolonização – a qual denominamos decolonialidade terá que se dirigir à heterarquia das múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero que a primeira descolonização deixou intactas (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 17).

de ser ouvida e de mostrar a sua visão e seus sentimentos sobre o seu próprio passado, inserida em um momento histórico de repressão, de violência. A voz enunciativa infantil/juvenil, inaudível durante tanto tempo em nossa história, pouco a pouco, revela ao leitor a história densa de nosso país – uma história que sumia com os parentes e com os livros, com os sorrisos, com as brincadeiras e com a liberdade de crianças e adultos.

Proporcionar essa conscientização a leitores em fase de formação, pelo olhar infantil/juvenil, e, sobretudo, valorizar, nesse contexto, as figuras deixadas de lado pela historiografia tradicional – a criança/adolescente – são atos que revelam os propósitos do pensamento decolonial. A escrita, a edição e a publicação de uma obra híbrida de história e ficção para leitores em formação – assim como sua leitura –, com vistas a formar uma memória coletiva mais justa e ampla com relação ao período ditatorial vivenciado na história brasileira (1964-1985) é um ato que revela o “giro decolonial”, considerando-se que

[...] *el giro decolonial es la apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-otras (economías-otras, teorías políticas-otras); la limpieza de la colonialidad del ser y del saber; el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial articulado en la retórica de la democracia. El pensamiento decolonial tiene como razón de ser y objetivo la decolonialidad del poder (es decir, de la matriz colonial de poder)*¹¹. (Mignolo, 2007, p. 29-30).

Assim, movemo-nos, engajadamente, para, ao longo do tempo, formar leitores literários aptos a entenderem a dinâmica da relação desses elementos de uma narrativa na tessitura textual de uma obra. É, justamente, o gerenciamento dessas possibilidades de manipulação da linguagem que cria a arte literária. A América Latina, para se descolonizar, precisa potencializar o pensamento decolonial. Isso, entre outros fatores, é possível por meio de uma formação leitora profícua, gradativamente descolonizadora, desde o Ensino Fundamental. Para isso, a leitura de obras críticas, como *Clarice* (Mello, 2018), torna-se imprescindível.

Considerações Finais

¹¹ Nossa tradução: [...] o giro decolonial é a abertura e a liberdade do pensamento e de formas de vida-outras (economias-outras, teorias políticas-outras); a limpeza da colonialidade do ser e do saber; o desprendimento da retórica da modernidade e de seu imaginário imperial articulado na retórica da democracia. O pensamento decolonial tem como razão de ser e objetivo a decolonialidade do poder (em outras palavras, da matriz colonial de poder) (Mignolo, 2007, p. 29-30).

A partir da análise da obra *Clarice* (Mello, 2018) pelo viés das narrativas híbridas de história e ficção juvenil brasileira (Santos, 2023), a qual se aproxima da modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação proposto por Fleck (2017), podemos constatar como essa modalidade pode contribuir com a construção de novas visões sobre o registro histórico do período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

Ao atribuir voz enunciativa a uma personagem adolescente, faixa etária invisibilizada durante o período ditatorial e, também, pela historiografia, reconhecemos o enfrentamento que a obra promove ao discurso hegemônico, tanto daquela época quanto ao dos dias atuais. Assim, por meio da centralidade do olhar juvenil sobre a ditadura, várias problemáticas podem ser postas em discussão com os leitores em formação: os traumas gerados pela opressão, o cerceamento à arte e ao conhecimento e a importância da liberdade de expressão.

Observamos que, por se tratar de uma obra destinada ao público juvenil, o autor consegue reconstruir, de maneira bastante sutil, o ambiente caótico promovido pela ditadura militar e, conseqüentemente, recriar a atmosfera de angústia, solidão e vazio existencial que circundava todos aqueles que sofreram rupturas familiares, tais como a sofrida pela narradora-protagonista Clarice, uma personagem que, nesse sentido, torna-se metonímica de todos os adolescentes que ficaram privados da convivência com seus pais pelo regime ditatorial. Com isso, o leitor consegue imergir no passado, vivenciando, indiretamente, os sentimentos conflitantes que assolaram a vida de muitos brasileiros durante os anos de 1964 a 1985.

Dessa forma, *Clarice* (Mello, 2018) constitui-se em uma das leituras potenciais para a formação leitora decolonial e pode contribuir, de modo relevante, à ampliação dos horizontes dos alunos, como nova fonte para problematizar e ressignificar o passado do nosso país em relação ao período da ditadura civil-militar brasileira. Segundo Fleck (2017, p. 127), “efeitos de uma leitura com tal caráter desconstrucionista vão aos poucos, atuando como vias de descolonização”. Por isso, é grande a importância da inserção dessas leituras nos diferentes níveis educacionais, de forma constante e progressiva.

Assim, destacamos a importância crucial de proporcionar aos jovens latino-americanos o acesso a uma educação literária que os conduza à descolonização de suas mentes, suas identidades e seus imaginários. Isso permitirá que os princípios de alteridade, de respeito e de equidade possam se estabelecer, efetivamente, em sociedades

que têm suas raízes no processo colonial, o qual marcou profundamente toda a história da América Latina.

Referências

BAKHTIN, Mikail. *Estética da Criação Verbal*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 6.ed., [1924] 2011.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL R. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CHECCHIA, Cristiane. Fronteiras e esquecimento: Noite dentro da noite, de Joca Reiners Terron. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 60, p. 1-10, 12 abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/30764>
Acesso em: 05 maio 2024.

COLOMER, Teresa. Una literatura infantil y juvenil de calidad: el proyecto de un siglo. *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*. II época, n. 42-43, 131-151. Madrid: Fundación Francisco Giner de los Ríos. 2. ed. 05/2002, 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/38110369/Una_literatura_infantil_y_juvenil_de_calidad_el_proyecto_de_un_siglo?email_work_card=view-paper
Acesso em: 25 maio 2024.

ELSNER MATHEUS, Amanda M.; UBER, Beatrice.; ROHDE, Marina L. Mulheres: Revisitações históricas sob o prisma ficcional - olhares que ressignificam. *EntreLetras*, n.12, v.3, 2020, p. 264-287.
Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft2179-3948.2021v12n3p264-287>
Acesso em: 25 maio 2024.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FLECK, Gilmei Francisco. *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção*. Curitiba: CRV, 2017.

FLECK, Gilmei Francisco. Leituras de narrativas híbridas de história e ficção: A formação do leitor literário decolonial no Ensino Fundamental – vias à descolonização. In: FLECK, Gilmei Francisco; CORBARI, Clarice Cristina. (Orgs.). *Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras: leituras*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 13-61.

FRANCO JÚNIOR, Arnaldo. Operadores de Leitura da Narrativa. In: *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Organização: Tomas Bonnici, Lúcia Osana Zolin. 3 ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Arcádia, 1979.

GENETTE, Gérard. *Nuevo discurso del relato*. Traducción de Marisa Rodríguez Tapia. Madri: Cátedra, 1998.

GENETTE, Gérard. *Figuras III*. São Paulo, Editora Liberdade, 2017.

HORÁCIO. Arte Poética. In: *A Poética Clássica*. Aristóteles, Horácio, Longino; introdução por Roberto de Oliveira Brandão; tradução direta do grego e do latim por Jaime Bruna. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

JOUVE, Vincent. *A leitura*. Tradução de Brigitte Hervor. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KRISTEVA, Júlia. *Introdução à semanálise*. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, [1969] 2005.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Tradução de Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires : CLACSO, 2014.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura militar. *Estudos avançados*, Volume 28, nº 80, 2014, p. 75 – 90. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/L7cPdmb4GHCSrmTbYkxmNvF/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 04 jul. 2021.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SANTOS, Vilson Pruzak dos. *Uma trajetória das narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil no Brasil: as ressignificações do passado como vias de descolonização na formação leitora*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2023.

VILLI, Tairon. *A ficção do indizível: historiografia indisciplinada e memória das ditaduras militares na América do Sul*. 2023. 221f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas. Curitiba, 2023.

ZILBERMAN, Regina; MAGALHÃES, Lígia Cadermatori. *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.